

Diálogos entre americanos: Harriet Beecher Stowe, Joaquim Nabuco e Machado de Assis no jornal *O Novo Mundo* (1870-1875)

PRISCILA SALVAIA *

RESUMO: A partir do escrutínio do suporte midiático *O Novo Mundo*, buscamos estabelecer um debate entre os autores Harriet Beecher Stowe, Joaquim Nabuco e Machado de Assis, estes que estiveram presentes às páginas do citado jornal oitocentista, especialmente através de abordagens que tinham por mote a problemática da escravidão como artifício e empecilho à matéria literária. Nos intercâmbios apreendidos notamos ainda certos resquícios de um incômodo sentimento de subalternidade cultural em relação à velha Europa (reduzida à França), pressuposto que parece ter mobilizado tal intelectualidade em suas proposições acerca de projetos estéticos que visavam afirmar um lugar para o gênero do romance no Brasil, contudo, a partir de referenciais compreendidos como periféricos.

PALAVRAS-CHAVE: Crítica Literária; Escravidão; Harriet Beecher Stowe; Imprensa; Joaquim Nabuco; Machado de Assis.

ABSTRACT: Based on the scrutiny of the media support *O Novo Mundo*, this paper objectives to establish a debate among the authors Harriet Beecher Stowe, Joaquim Nabuco, and Machado de Assis, who were present on the pages of the abovementioned nineteenth century newspaper, especially by approaches that had as motto the issue of slavery as artifice and obstacle to the literary matter. The interchanges made possible to apprehend certain traces of a disturbing feeling of cultural subalternity regarding the old Europe (limited to France), assumption that seems to have mobilized such intellectuality in its propositions concerning aesthetic projects which aimed at insuring a place for the novel genre in Brazil, nonetheless, through referential comprised as peripheral.

KEYWORDS: Literary Criticism; Slavery; Harriet Beecher Stowe; Press; Joaquim Nabuco; Machado de Assis.

* Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP – (Proc. nº 2015/15400-0). Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Teoria e História Literária – Instituto de Estudos da Linguagem – Universidade Estadual de Campinas – IEL/UNICAMP – 13083-859 – Campinas – SP – Brasil. E-mail: priscila_salvaia@hotmail.com

Introdução

Em outubro de 1870 vinha a lume o primeiro exemplar do jornal *O Novo Mundo*¹. A folha mensal, de propriedade do Sr. José Carlos Rodrigues, pautava-se por um discurso editorial moderno, liberal, visando a um público diverso compreendido entre indivíduos interessados nos progressos tangíveis a um mundo americano em franca ascensão econômica, mas que ainda se resguardava num incômodo sentimento de subalternidade cultural em relação à velha Europa. Editado numa Nova Iorque em ebulição, o *Novo Mundo* falava ao Brasil². O olhar, portanto, era de fora para dentro. A matriz que moldava o jornal era norte-americana, essencialmente protestante, sendo que os seus interlocutores eram reconhecidos entre os habitantes de um país politicamente retrógrado (monarquista); com relações de trabalho exploratórias e compreendidas como inadequadas ao desenvolvimento do capitalismo (a escravidão); e com uma cultura tacanha e impregnada de lusitanismos. Os Estados Unidos eram o exemplo a ser seguido, e não somente pelo Brasil, mas pelo México, por Cuba, pelo Panamá, etc. Em roupagem dialógica o periódico propunha um novo processo de influência: entre Américas, mas, seguramente, com a liderança da América mais ao norte.

Dessa forma, e ideando novas hierarquias em meio a um contexto periférico, os editores d *O Novo Mundo* buscavam definir uma nova zona de influência sociocultural, entre Américas, ainda que o seu intento civilizador em relação ao Brasil fosse indisfarçável. Aos olhos dos editores do periódico, precisávamos nos adequar às suas escansões e modos de compreender o mundo. De acordo com o jornal, apesar da independência política, ainda teimávamos em reproduzir o ideário da antiga metrópole portuguesa, e quando tínhamos a presunção de “evoluir”, somente imitávamos os censuráveis franceses. Emulando o tenso debate sobre “identidade nacional” que habitou todo o nosso longo século XIX, os publicistas do veículo não mediam palavras para repreender a ideia de uma suposta falta de originalidade cultural entre a intelectualidade brasileira.

Com base em tal premissa, eram muitos os textos veiculados no jornal que, com fins de crítica literária, postulavam pela demarcação de um suposto caráter de brasilidade,

¹ Os exemplares do jornal *O Novo Mundo*, e dos demais periódicos citados ao longo do texto foram consultados através do site da Hemeroteca Digital Brasileira - Fundação Biblioteca Nacional (BN): <<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>>.

² Conforme dito, o jornal surgiu em 1870 como um produto editado em reduto nova-iorquino e com vistas ao público brasileiro, ainda que houvesse a circulação do meio nos EUA também. A partir do periódico não tivemos acesso aos dados sobre tiragens, porém, de acordo com George C. A. Boehrer (1967), pode-se afirmar que, apesar da circulação acanhada em seus inícios, não tardou para que o *Novo Mundo* atingisse a considerável marca de 8.000 exemplares impressos - no entanto, o autor não especifica o exato intervalo de tempo considerado para o registro de tal cifra. Ademais, os preços de assinatura para o Brasil eram os seguintes: 5\$000 por seis meses, sendo que o número avulso poderia ser adquirido por 1\$000. Estabelecendo uma breve comparação com outros jornais da época, como a popular *Gazeta de Notícias* ou a luxuosa *Semana Illustrada*, há de se afirmar que os preços d *O Novo Mundo* não eram dos mais acessíveis para a população brasileira em geral, todavia, e considerando os custos de um periódico sofisticado e produzido no exterior, pode-se argumentar que os valores também não eram configurados de maneira abusiva. E é importante registrar que a venda avulsa dos exemplares deve ser compreendida como uma ótima estratégia para disseminação da folha a preços mais leves - este seria o mesmo artifício utilizado pela *Gazeta de Notícias*, que era vendida avulsamente pelas ruas da Corte ao preço de 40 réis.

concebido à margem da Europa, e em diálogo com o mundo americano. No entanto, uma particularidade à sociedade brasileira tilintava como um empecilho considerável: a instituição escravista. Reproduzindo o termo carregado de estigma utilizado pelo redator abaixo, nosso painel social encontrava-se “enegrecido” pelo africano escravo, e nossas instituições estariam carcomidas pelas hierarquias erigidas em torno da imoral prática. E, se a literatura refletiria os sentimentos e aspirações de uma sociedade em sua própria historicidade, parecia urgente conduzir o país num processo crítico acerca de suas instituições e de sua produção cultural.

LITERATURA NACIONAL

Pouco espaço de nosso periódico temos dado à literatura nacional, - a notícia de suas produções principais e à crítica de suas tendências. [...] é que não simpatizamos absolutamente com as tendências da literatura brasileira, com o caráter geral das suas produções, com a ética de que está repassada. Aflige-nos tratar deste assunto. Nós reconhecemos que nossos autores fazem o melhor possível e precisam respirar a mesma atmosfera em que vivem; a nossa queixa, ou antes a nossa mágoa, não é deles: é o do próprio estado da sociedade que fá-los conceber essas suas produções. Bem sabemos que a literatura reflete o sentimento e as aspirações da sociedade: pois bem – não é um mau espelho que lamentamos, é aquilo mesmo que ele nos transverbera.

Não há no Brasil meia dúzia de homens sinceros e patriotas que estejam satisfeitos com o padrão da sua moral social. A tristeza tem achado um longo repouso em todos os corações. O painel social está enegrecido pelo africano escravo. O europeu olha para nós com desdém, e o pobre brasileiro parece que foi defraudado por seus antepassados de certo vigor na sua constituição, que mal pode dispensar.

[...] Esta visto que, livre dos elementos que tanto o escandalizam agora, tais como a religião da superstição e a escravidão, a sociedade há de ganhar apetite por uma literatura mais sólida, que então há de necessariamente aparecer. A literatura, porém, não é nem devia ser somente o reflexo do sentimento atual da sociedade: ela mente a seus fins, quando não procura formular as aspirações mais sinceras e patrióticas da civilização da idade, quando não procura moldar o caráter nacional num tipo de virtudes sólidas, de conhecimentos úteis, e quando não se esforça por ensinar ao povo o caminho do futuro, como águia, voejando diante dos filhos, e voltando sobre seu voo para os guiar pelo espaço.

[...] Temos tantos romances, “folhas soltas”, e poesias, quanto nos faltam obras instrutivas e educadoras. Já que a escravidão, o nosso temperamento, e a péssima influência de certa literatura francesa, querem que isto seja assim, ao menos não nos esqueçamos de exigir renitentemente que esses romances e “páginas soltas” e poemas se ocupem só com aquilo que está na esfera do artista, e vigiemos que eles não desçam a apanhar o lodo das pequenas misérias da vida, a título de fisiologias das paixões humanas, ou fotografias sociais (*O Novo Mundo*, Nova Iorque, 24 jun. 1872, nº 21, p. 154).

De acordo com o texto, nossos *sentimentos*, *temperamentos* e *aspirações* seriam determinados por uma atmosfera de vícios e imoralidades decorrentes da instituição escravista, e das influências negativas de certa literatura francesa. Ou seja, almejando um esboço psicossocial - quiçá, íntimo - do caráter do brasileiro, os publicistas de *O Novo Mundo* reverberavam um aparato teórico de natureza determinista, forjado ao gosto das correntes

filosóficas que matizavam aqueles tempos (CARULA, 2016). Em outras palavras, o binômio literatura/sociedade seria compreendido de maneira espelhada, como num jogo de “causas e efeitos”, onde a complexidade do processo mimético seria implicitamente desqualificada. Nesses termos, se evoluíssemos socialmente, abolindo a relação servil, certamente deixaríamos de repercutir somente o chamado “sentimento atual da sociedade”, e logo seríamos capazes de desfrutar de uma “literatura mais sólida”, de intentos próprios, educativos e civilizadores.

Do público de literatura

Tal problemática parecia ainda mais grave quando se considerava o gosto do público leitor brasileiro, tido como malformado e incapaz de distinguir obras de qualidade; em específico, quando se tratava do público feminino, reconhecido como principal consumidor dos folhetins publicados na imprensa da época. No trecho a seguir, concebido em interlocução com as leitoras, os redatores de *O Novo Mundo*, frequentemente comprometidos com a causa da inserção da mulher na sociedade, pareciam cometer um breve “deslize”³ no trato com o gênero, repreendendo-o de maneira incisiva, e demonstrando certo intuito de normatizar a relação feminina com os meios midiáticos:

[...] É verdade que lês pouco, - menos do que era para desejar e ainda menos dos livros que devias ler. No *jornal* só te interessa o obituário e a *gazetilha*, e de livros lês coisas triviais. O *estudo*, a aquisição de conhecimentos é tarefa a que não te entregas. Mas disto não tens toda a culpa: tem-a teus pais, tem-a a nossa civilização que há reduzido o teu papel ao de vestir-se, casar, ter filhos e governar os escravos. E que livros temos nós para leres? Serão as insulsas histórias Júlio Verne, as imorais novelas de certos *grandes* romancistas e os versos dispépticos dos nossos bardos sem sentimento, que fazem hinos à Liberdade, ou, para variar, às tuas olheiras, à tua rabugem? Há, de certo, muita coisa excelente em nossos livros, - mas tudo isso já leste em dois meses, - tudo o que te pode interessar, considerados os elementos da tua educação, tão mal curada (*O Novo Mundo*, Nova Iorque, 23 nov. 1874, nº 50, p. 50).

De todo modo, é importante afirmar-se que tal projeto de ingerência cultural não se limitava às especificidades do segmento feminino. Com certa frequência, o *Novo Mundo* costumava repercutir alguns conteúdos de publicações advindas do Brasil. Sendo assim, na edição de fevereiro de 1872, acompanharíamos a publicação de um texto sobre o *Almanak de Campinas*, veículo que costumava contar com sessões fixas de literatura e tendências artísticas. Em seus pormenores, os jornalistas de *O Novo Mundo* questionavam um catálogo de livros reproduzido nas páginas do almanaque, através do qual acreditava-se revelar os hábitos dos leitores brasileiros de então:

³ É possível cogitar que o citado “deslize” na abordagem com o gênero feminino, talvez, se configurasse num projeto consciente de interferência e moralização da relação da mulher com a literatura produzida em meio à imprensa.

[...] Outra parte do Almanak que muito nos interessou – é um Catálogo dos Livros existentes no Gabinete de Leitura Campineiro – e bastante os tem ele. Pesa-nos ter de dizer que este gabinete representa muito fielmente os gostos e as necessidades do espírito geral da nossa população que pode ler. Nota-se aí, como se nota em toda a parte no Brasil, uma falta extraordinária de obras didáticas, de biografias, de história, de moral e religião, da ciência posta ao alcance da inteligência meã dos leitores. Ao contrário, abunda esta literatura abominável de “matar o tempo”, que faz do leitor um sábio dos vícios humanos, descrente, voluptuoso e inútil à sociedade, e a si mesmo. Não há neste Gabinete de Leitura um só exemplar da Constituição do Império, ou dos códigos do país; não um só volume dos Lusíadas de Camões, ou do nosso Gonçalves Dias, nem até do Álvares de Azevedo; Bossuet ou do Padre Vieira também não merecem ser representados. Agora, da outra banda temos CENTO E QUARENTA volumes de Alexandre Dumas, SESSENTA E QUATRO de Paul de Kock, ONZE de Paul Féval, e uma infinidade de romances, que em número deixam muito longe os poucos, mas excelentes dicionários que o Gabinete tem. Não imputamos, porém, a falta disto à direção do Gabinete: ela compra o que há para ler-se e não se pode negar que a literatura portuguesa carece muito de bons livros (*O Novo Mundo*, Nova Iorque, 23 fev. 1872, nº 17, p. 79).

O julgamento moral dos jornalistas se fazia presente nas conclusões a respeito das obras elencadas: liam-se poucos textos didáticos, poucas biografias, livros de história, de religião. Todavia, e ao que tudo indica, havia uma ótima recepção aos folhetins concebidos sem grandes cuidados, ao toque do jornal de amanhã, e sem lições muito valorosas a ensinar. Ao que parece, tal público mantinha uma relação desprezível com a literatura, rechaçando qualquer oportunidade sisuda de ilustração ali contida. Nas admoestações dos publicistas, era repreensível a ausência de exemplares de Camões, de Gonçalves Dias, e até de Álvares de Azevedo no tal gabinete capaz de revelar o perfil do leitor brasileiro oitocentista. Era imprescindível que nos dedicássemos aos clássicos, às epopeias, à temática nativista, aos românticos - neste caso, até os limites do erotismo de *Noite na taverna* (1855), talvez. Enfim, de acordo com o *Novo Mundo*, o público brasileiro deveria se render ao papel moralizador supostamente exercido pelo aporte literário.

O excerto também especificava um pouco melhor a tal literatura francesa referenciada. Enfáticos na grafia em caixa alta, os redatores denunciavam que o gabinete contava com números expressivos das obras de Alexandre Dumas, Paul de Kock e Paul Féval. Nas referências aos três autores, a oposição do jornal começava a ganhar as cores de um romantismo folhetinesco, com ares populares, e concebido junto à imprensa. E, no caso específico do segundo e do terceiro autores citados, as críticas também se referiam a uma produção de natureza prosaica, própria do realismo literário que tomava a cena francesa, e cujas influências se faziam presentes no Brasil.

Vale lembrar que, não obstante a frequente rejeição dos doutos, as narrativas aventurosas de Dumas encontrariam público cativo no Brasil, sendo publicadas em jornais de grande

circulação⁴, e figurando de maneira insistente nos catálogos de livrarias⁵. Os folhetins de Paul de Kock e Paul Féval, igualmente relegados a um segundo plano pela crítica especializada, também gozariam de acalorado respaldo entre o grande público brasileiro (PAES, 2013). Isto posto, podemos concluir que havia um *desajuste* entre as expectativas postuladas por tal vertente crítica e o gosto dos leitores de então.

Ainda sobre o mesmo assunto, destacamos que na ocasião da morte de Alexandre Dumas, ocorrida em dezembro de 1870, o *Novo Mundo* publicaria um retrato do escritor, acompanhado da seguinte homenagem póstuma: “O velho, popular romancista, morreu este mês deixando atrás de seu nome uma coleção volumosa de escritos que vão conservar por muito tempo a memória do vão, gracioso e bonachão escritor.” (*O Novo Mundo*, Nova Iorque, 23 jan. 1871, nº 4, p. 55). E, observando os termos utilizados na descrição do perfil, não são necessários grandes esforços para se notar o desdém reafirmado contra o grande escritor francês. As pechas tratavam do suposto arcaísmo de produções que, embora popularescas, passavam ao largo das funções de instrução delegadas à literatura, daí a adjetivação derradeira associada ao perfil do autor: o *vão* Alexandre Dumas. Num outro momento, através da mesma tônica galhofeira, os jornalistas falavam dos artifícios de Paul Féval ao criar suas produções folhetinescas. E, apesar de risível, o excerto também inspirava uma dura crítica à literatura de folhetins que, por seu teor comercial, era tida por “mal-acabada”, ou considerada desprovida de agudeza formal:

Paul Féval escrevia às vezes quatro folhetins ao mesmo tempo, folhetins longos que levavam meses a sair nos periódicos. Para não perder o fio deste labirinto de sua cabeça, ele tinha em casa um grande número de bonecos de gonço vestidos de toda a guisa imaginável. Em cada mesa em que o romancista escrevia, o criado conservava sempre uma fileira grotesca dos seus “personagens”. Quando um deles morria, o criado tinha de tirar o boneco e guardá-lo. Mais eis que uma vez esqueceu-se ele de tirá-lo: o autor, esquecendo-se também que havia matado o herói, fê-lo reaparecer e até casou-o, e só dali há um mês soube do erro quando o redator do periódico em que saía o romance, mandou-lhe uma pilha de cartas de leitores que desejavam saber como ressuscitara aquele personagem que fora morto (*O Novo Mundo*, Nova Iorque, 23 fev. 1874, nº 41, p. 87).

Em sua tese sobre o processo de consagração do gênero do romance no Brasil, Valéria Augusti (2006) esclarece que, de acordo com o discurso da crítica do início do século XIX, o romance, por não requerer qualquer conhecimento das artes poéticas e retóricas, seria destinado ao deleite de um público parcamente instruído. No intuito de moralizar tais

⁴ Em sua tese dedicada à disseminação da obra de Alexandre Dumas na imprensa brasileira, Ilana Heineberg localizou um total de 35 romances do autor publicados entre os anos de 1839 - 1870. Dentre os títulos, destaca-se o sucesso *O Conde de Monte Cristo*, publicado no *Jornal do Commercio* entre junho de 1845 e abril de 1846 (HEINEBERG, 2004).

⁵ De acordo com Bezerra (2013, sem página): “Nas províncias do Brasil, as obras de Dumas também tinham grande circulação, pois a imprensa e o mercado livreiro percebiam o quanto o comércio de seus romances era bem-sucedido e buscavam tomar parte desse êxito. Pesquisas revelam a presença dos romances de Dumas nos periódicos e no comércio livreiro do Ceará, do Rio Grande do Sul, de São Paulo, do Pará, das quais se pode concluir que havia uma disseminação de suas obras pelo país em meados do século XIX.”

práticas, não tardaria para que o gênero literário também fosse associado a uma finalidade disciplinadora. A partir da década de 1860, o romance seria apropriado pelo discurso escolar, tornando-se expressão de uma identidade nacional; embora ainda distante de autores como José de Alencar, que já tratavam da temática nas páginas dos jornais. Isto posto, e de maneira paralela aos debates institucionalizados, seria no âmbito da imprensa que ocorreriam boa parte das discussões em torno da consagração do romance até a sua inserção no *corpus* canônico.

Dito isso, também seria interessante notar que o *Novo Mundo* ainda operava por pressupostos avaliativos do início do século, quando o critério moral e a suposta função pedagógica da literatura tonalizam o mérito das obras. Assim, apesar da roupagem moderna do jornal (especialmente no sentido econômico/liberal), no campo cultural, seria possível identificar uma conduta discursiva pautada por muita ponderação e algum conservadorismo. E isso se tornará ainda mais claro quando tratarmos de outras oposições sinalizadas por tais publicistas.

Em suas avaliações de cunho artístico, vez ou outra os jornalistas também demonstravam alguma atenção à cena teatral francesa, que servia de inspiração ao caso brasileiro. Por isso, esporadicamente acompanharíamos algumas análises a respeito de encenações teatrais, sendo que as obras de teor realista sempre sofreriam um exame mais duro por parte dos críticos da folha. O trecho a seguir, expõe uma oposição quase que raivosa em relação à principal tríade do teatro francês: Victorien Sardou, Émile Augier, e Alexandre Dumas (filho), reconhecidos como ícones do gênero dramático burguês, e cujas produções eram sempre censuradas pelo jornal:

Folgamos de ver anunciado que nem até Sardou, Augier e Alexandre Dumas acham agora quem lhes pague bons preços por suas novas produções daquele gênero de literatura com que inundam o teatro francês, e até o do Brasil, nestes últimos anos. Nosso desejo é que eles façam tal bancarrota que nunca mais escrevam as peças imorais com que pretendem pregar a moral. Somos decididamente opostos à escola que assenta regenerar o mundo apresentando-lhe o painel dos seus vícios mais torpes, ou enfeitando o vício com tanta virtude que praticamente acaba por confundi-los. É impossível calcular-se bem a influência perniciosa desta literatura (*O Novo Mundo*, Nova Iorque, 24 out. 1871, nº 13, p. 7).

Sobre Alexandre Dumas (filho), vale trazer à tona um caso específico da avaliação de seus méritos por parte dos redatores do jornal. Em junho de 1873, através do título “O ‘moralista’ Dumas”, os leitores de *O Novo Mundo* tomariam contato com a análise da terceira edição do drama *La femme de Claude* (DUMAS FILS, 1873), obra que seria precedida por um polêmico texto assinado pelo escritor, no qual ele respondia a algumas das críticas negativas publicadas no famoso *Journal des Débats*, em janeiro de 1873. De maneira resumida, as restrições do periódico francês se voltavam especialmente ao desfecho da personagem principal, Césarine, a esposa adúltera do inventor Claude, que seria assassinada ao fim da trama. No prefácio do livro, Alexandre Dumas (filho) estabelecia um paralelo entre *La dame aux Camélias* (1848) e *La femme de Claude*, enfatizando que ao contrário da personagem cortesã Marguerite Gautier, reabilitada pela força do sentimento amoroso, no caso de Césarine, o tipo danoso da mulher

infiel seria penalizado/moralizado através da morte. Ou seja, na segunda narrativa, o autor não proporcionaria qualquer possibilidade de regeneração à protagonista vil; sendo que a citada crítica publicada no *Novo Mundo* buscava questionar se o escritor, reconhecido por propagar as imoralidades e os vícios da sociedade burguesa, teria condições de admoestar uma personagem feminina, concebendo-a como um contraexemplo perante o público:

O “moralista” Dumas.

A terceira edição de *La femme de Claude* de M. Alexandre Dumas Fils é precedida de um longo prefácio em que responde à justíssima e severa crítica a que um dos redatores do *Journal des Débats* sujeitou a sua peça imoral. Não há nada mais divertido do que ver este escritor impudente apresentar-se em público como um moralista. [...] Este Alexandre Dumas por muitos anos pintou-nos o vício e fez-lhe a apoteose: de fato ele até fundou uma escola que tem achado imitadores e adoradores em todos os países latinos. Familiar com uma pequena parte, muito vil, do mundo, ele descreveu-a com inegável talento; mas longe de limitar-se a isto, tem pretendido representar nos seus quadros a sociedade inteira.

Depois de nos ter mostrado chagas que nunca devera descobrir só para tocá-las e assanhá-las; depois de nos ter pregado a virtude com a ostentação do vício e da prostituição, Dumas meteu-se ultimamente a moralista mais severo, e agora vem-nos ensinar a virtude pelo crime (*O Novo Mundo*, Nova Iorque, 23 jun. 1873, nº 33, p. 159).

Reorganizando, portanto, as acepções apregoadas pelos editores da folha até aqui, podemos afirmar que os combates sugeridos se davam em torno de três frentes: 1) na aversão às obras de cunho realista/naturalista em voga nos últimos decênios do século XIX; 2) na proposição de uma formação moral aos leitores e leitoras, qualificando-os em seus gostos e hábitos, especialmente mediante a literatura veiculada no cotidiano da imprensa; 3) na defesa de um projeto de literatura nacional brasileira pautado por princípios edificadores e civilizadores.

Contudo, vale acrescentar que, apesar das constantes negativas frente aos autores franceses citados, no discurso do periódico, o nome de Victor Hugo seria apresentado como uma exceção à regra, e como um exemplo a ser seguido - porém, não imitado - pelos escritores brasileiros.

Ocupando uma página inteira do jornal, a edição de maio de 1872 seria marcada por um longo texto dedicado ao escritor, no qual o redator demonstrava um apreço incontestado pela chamada “revolução romântica” liderada pelo autor de *Os Miseráveis* (1862). Não nos ocuparemos de todo o escrito, haja vista que parte significativa dele traz apenas os louros de uma longa biografia, no entanto, daremos ênfase a dois trechos em específico. Inicialmente, na referência ao prefácio de *Cromwell*, no qual podemos reconhecer a nostalgia dos editores de *O Novo Mundo* por uma estética literária referenciada no drama hugoano do início do século XIX; e, num segundo momento, nos voltaremos às preocupações em torno das possíveis influências do autor francês na produção literária nacional:

[...] A verdadeira revolução romântica começou em 1827 com a publicação de

Cromwell, do nosso poeta. No prefácio o autor expunha abertamente as novas doutrinas. O drama foi sujeito a uma crítica desabrida entre os partidários das duas escolas, clássica e romântica. No ano seguinte, a vitória inclinou-se para o lado dos inovadores com a publicação de *Les Orientales*, que para muitos é o livro mais maravilhoso de Victor Hugo.

[...] Este escritor é um dos que tem exercido mais influência na literatura do Brasil. Essa influência tem sido, no todo, benéfica. Entretanto o desejo de imitar um gênio, como ele é, tem estragado muitos talentos de mérito real, que em vez de seguirem as suas aspirações próprias e imprimirem suas feições originais na literatura pátria, tornam-se muitas vezes insinceros, alando-se a regiões em que se não podem sustentar e em que não podem deixar de se fazerem ridículos (*O Novo Mundo*, Nova Iorque, 23 mai. 1872, nº 20, p. 132).

Acenando em defesa de um movimento artístico que, no passado, fora revolucionário por questionar as referências do classicismo e idear uma nova estética literária baseada no drama romântico; os editores de *O Novo Mundo*, mais uma vez, demonstravam um descompasso em relação aos debates associados a sua própria contemporaneidade, buscando no pretérito o “fio” capaz de conduzi-los na tese de um projeto de literatura nacional para o Brasil. Possivelmente, o flerte com a História, a construção de personagens baseadas em princípios éticos, e a afirmação de um senso de justiça implacável, seriam os fatores presentes na obra de Hugo que mais empolgavam os publicistas da folha. De todo modo, no prefácio de *Cromwell* também nos deparamos com algumas assertivas sobre a temática da “cor local” que não devem ter escapado aos jornalistas leitores de Victor Hugo. Segue:

[...] Concebe-se que, para uma obra deste gênero [dramático], se o poeta deve escolher nas coisas (e ele o deve), não é o belo, mas o característico. Não que convenha dar, como se diz hoje, cor local, isto é, acrescentar tarde demais alguns toques berrantes aqui e ali num conjunto aliás perfeitamente falso e convencional. A cor local não deve estar na superfície do drama, mas no fundo, no próprio coração da obra, de onde se espalha para fora dela própria, naturalmente, igualmente, e, por assim dizer, em todos os cantos do drama, como a seiva que sobe da raiz à última folha da árvore. O drama deve estar radicalmente impregnado desta cor dos tempos; ela deve, de alguma forma, estar no ar, de maneira que não se note senão ao entrar e ao sair que se mudou de século e de atmosfera (HUGO, 2007 [1827], p. 70).

Relacionando as palavras do romancista às considerações dos editores do jornal direcionadas aos escritores brasileiros, torna-se possível inferir que o projeto de concepção e/ou forjamento de uma literatura nacional se daria em torno de um cerne, ou, talvez, de um instinto de brasilidade, que estaria conjugado aos indícios de uma realidade concreta, passível de ser reconhecida na experiência de fruição da matéria literária. Daí os riscos de artificialidade inscritos em qualquer ímpeto de imitação de literaturas alhures. Todavia, assegurados em seu irredutível “argumento de autoridade”, os editores de *O Novo Mundo* pareciam duvidar que o Brasil, marcado pelos resquícios da colonização europeia e pelas máculas da escravidão, tivesse solidez política/social para afirmar-se culturalmente, e de

maneira original⁶. Por consequência, caberia ao país buscar em referências próximas um exemplo de ideário a ser reproduzido, sem fidedignidade, porém, com alguma reverência.

Nesse sentido, e com o intuito de conceber uma nova zona de intercâmbio cultural entre as regiões *neo-continentais*, os editores d *O Novo Mundo* buscavam obliterar a ascendência cultural da França sobre o Brasil, propondo uma alternativa genuinamente americana de representação literária. Isto posto, e como ponto de partida, parecia urgente uma reformulação na dinâmica de circulação de impressos que, ao longo do período oitocentista, fora marcada pelo influxo Europa/América⁷. Para tanto, propunha-se o diálogo entre continentes supostamente irmanados em seus contextos pós-coloniais, mas em condições de “evolução social” consideradas distintas.

Harriet Beecher Stowe

No novo arranjo sugerido, um nome em específico se faria presente nas colunas d *O Novo Mundo* como modelo a ser seguido pela intelectualidade periférica: Harriet Beecher Stowe, a famosa autora de *A cabana do Pai Tomás*. Tal obra que, desde o seu lançamento em folhetim em 1852, exercera enorme influência sobre o imaginário estadunidense, seria reconhecida como uma referência por sua abordagem cristã a respeito da temática da escravidão, o que se afinava às prerrogativas apregoadas pelo veículo jornalístico: “[...] No *Novo Mundo* até o romance da Sra. Beecher Stowe é consoante com a sua ideia de propagar a autonomia do indivíduo pelo Evangelho (*O Novo Mundo*, Nova Iorque, 23 nov. 1872, nº 26, p. 27)”. E, tendo-se em vista a trajetória de infortúnios do protagonista “Uncle Tom”, pode-se crer que a busca por emancipação pressupunha o martírio - ou a vitimização - do indivíduo escravizado, que gozaria de alguma liberdade num horizonte celestial.

Em outra edição do jornal, iríamos nos deparar com uma leitura mais direta da questão servil por meio do romance. Num artigo sugestivamente intitulado “Escravidão ‘branda’ e escravidão ‘dura’”, os publicistas procuravam posicionar-se diante de um debate comparativo, vulgarizado em alguns periódicos da época, sobre a condição dos escravos nos EUA e no Brasil. E, de acordo com o texto veiculado no jornal, nos EUA, a escravidão teria

⁶ De maneira semelhante, mas tratando da temática educacional, a abordagem já teria permeado o jornal em outra ocasião: “[...] A educação de um jovem não consiste somente na língua estrangeira ou na matemática e medicina que adquira fora do seu país. Tão valiosa instrução como a dos livros é a que ele recebe continuamente das influências sociais que o cercam, influências que preparam o futuro cidadão para seus sagrados deveres. O espírito do cidadão não se deve quadrar inteiramente com o modo de pensar e com os hábitos nacionais, a ponto de excluir aquelas vistas largas e liberais que devem adorná-lo: mas também, do outro lado, os estudos e o caráter do estudante devem ser primeiramente moldados na fôrma nacional. É extraordinário o valor desta influência social que completa a educação da mocidade. Se esta influência social é má, devemos tratar de melhorá-la, mas nunca de eliminá-la, pois ela é o nosso transunto, o nosso mesmo caráter, e cada um de nós tem de suportar a sua cruz (*O Novo Mundo*, Nova Iorque, 23 jan. 1874, n. 40, p. 66)”.

⁷ “[...] É por certo bem singular o fenômeno que se observa no nosso país, onde distintos literários fazem timbre de ignorar o movimento intelectual que se opera nas regiões neo-continentais, e onde mais depressa se sabe do livro publicado em Paris, Bruxelas, ou Lisboa do que do vindo à luz em Buenos-Aires, Montevideo, Lima, Santiago, Valparaíso, Nova Iorque, Boston e Filadélfia (*O Novo Mundo*, Nova Iorque, 23 jun. 1874, n. 45, p. 164-165)”.

sido reconhecida como mais “dura” em decorrência da narrativa de Stowe, e das constantes violências sofridas por seus personagens negros. Por outro lado, e ainda de acordo com o escrito, seria um equívoco atribuir à escravidão brasileira qualquer ideia de “brandura”, pois, em detrimento do “domínio redentor” exercido pelos senhores norte-americanos, os proprietários brasileiros manteriam uma relação de cunho mais “material” com os escravos, daí a fatalidade que rondava a experiência dos sujeitos cativos no país:

Escravidão “branda” e escravidão “dura”.

Temos visto os nossos amigos do Brasil aludindo muito à condição do escravo no Brasil comparada com a que era neste país. Há entre nós uma noção preconcebida que o cativo nos Estados Unidos era tratado com muito mais dureza do que o é o do Brasil. As exagerações da imprensa do norte da União, e da estrangeira, quando aqui se agitava fortemente a questão da emancipação, e, em grande parte, os tocantes quadros da *Cabana do Pai Tomás*, da Sra. Stowe, concorreram muito para deixarem nos espíritos esta impressão, de que agora se quer fazer cabedal para não se tocar na escravidão no Brasil.

[...] O domínio do proprietário [estadunidense], baseado como era nas suas crenças religiosas, tinha um ideal, que por mais errado que fosse, não deixava de lhe dar uma certa tintura de nobreza. No Brasil, não há tanta inteligência em serviço do geral de sua lavoura, e a posição do negro e do senhor, é muito mais material, e mais fatal (*O Novo Mundo*, Nova Iorque, 24 jul. 1871, nº 10, p. 146).

Ainda sobre *A cabana do Pai Tomás*, torna-se importante abordar uma longa homenagem feita à autora no 52º número do periódico. Acompanhado de um retrato de Harriet B. Stowe, o artigo tratava novamente do tema da escravidão e da Guerra Civil (1861-1865) que marcaram a história dos Estados Unidos. Mais uma vez, e numa associação recorrente à época, o romance era preconizado pelo respaldo oferecido em relação à abolição da escravatura, e por sua influência junto à opinião pública sensibilizada a partir da narrativa.



Fig. 1. “A Sra. Harriet Beecher Stowe.” *O Novo Mundo*, Nova Iorque, 23 jan. 1875, nº 52, p. 100.

[...] Havia então em Washington um periódico redigido pelo Dr. Bailey, intitulado *The National Era*. A Sra. Harriet Beecher Stowe recebeu um convite do redator para escrever alguma história pequena que finalizasse em dois ou três números, e pela qual receberia 200\$ de remuneração. A escritora aceitou o convite, mas pondo-se a escrever o conto, inflamou-se-lhe o coração e, iluminada por uma luz mais que humana, escreveu a mais poderosa novela social do século atual, - poderosa porque a autora só fez *descrever* vivamente e com fogo aquilo que via todos os dias. *A cabana do Pai Tomás* não falou aos políticos, mas ao povo, às massas: foi diretamente à fonte de todo o poder; popularizou a vergonha da escravidão, e anunciou a todos os cantos da terra a iniquidade da gente do Sul da União. E este apelo aos sentimentos cristãos da humanidade não foi baldado, pois desde então até 1860 o poder do Sul foi decaindo, e o do Norte aumentando, até que Lincoln foi eleito, e com sua eleição foi morta a escravidão (*O Novo Mundo*, Nova Iorque, 23 jan. 1875, n. 52, p. 100-101).

No trecho os publicistas retomavam o debate sobre as relações entre literatura e sociedade já sugerido anteriormente. Contudo, desta vez, algumas prerrogativas teóricas ganhavam ares de análise empírica, e o romance de Stowe seria reconhecido em seus aspectos de verossimilhança por “descrever vivamente” as mazelas de seu próprio tempo, - daí a alcunha de “novela social do século atual” utilizada para designar o folhetim. Deve-se acrescentar ainda que as referências protestantes que acompanhavam a figura de Stowe, também seriam fator motivador da inscrição de elogios por parte dos jornalistas. Seguiu em curso, portanto, a tese de um projeto literário enraizado na representação de uma realidade social concreta, e em diálogo constante com as diretrizes éticas atreladas à confissão religiosa professada pela escritora e pelo *Novo Mundo*.

A busca por uma literatura que pudesse ser considerada *original* e identificada como *americana*, parecia mobilizar os editores do *O Novo Mundo*. Tal literatura deveria contar com temáticas que “descrevessem” as relações sociais que nos diferenciavam da velha Europa. Todavia, o projeto também previa a afirmação de aspectos morais que, na concepção dos jornalistas, deveriam ser conjugados ao fazer literário. De todo modo, e pensando na *poética*⁸

⁸ Em obra de autoria coletiva, um grupo de estudiosos franceses ligados à área da História Cultural, e representado por nomes como Marie-Ève Thérénty, Dominique Kalifa, Alain Vaillant, entre outros; nos proporciona uma relevante reflexão acerca da presença da literatura na imprensa do século XIX. Dessa maneira, e parafraseando tais autores, podemos afirmar que haveria três características inerentes aos periódicos oitocentistas: o jornal seria *mediático*, *cotidiano* e *coletivo*. Seria *mediático*, não no sentido simplista de transferir o discurso da esfera privada para a esfera pública, mas sim, porque era no jornal que se originava a concepção de um espaço público, e a função de mediação e intermediação entre as pessoas. Assim, em tal contexto histórico, o jornal captava e organizava a função de mediação tradicionalmente exercida pela literatura. Por outro lado, em tal prática de intermediação, o jornal também cumpriria com a função de interpor aos leitores uma representação do real. Nesse sentido, o grupo propõe a hipótese de que, a função mediadora - prioritariamente exercida pelo jornal no século XIX - ocorreria de maneira paralela a uma importante mudança no paradigma da literatura da época. O jornal também seria, por definição, *cotidiano*. Porém, não no sentido vulgar, ligado a um emaranhado de informações superficiais sobre o dia-a-dia. Para os estudiosos, a escrita do jornal não refletiria apenas as demandas de forças individuais, mas sim os aspectos de uma ampla realidade social. Nessa perspectiva, o jornal traria consigo as concepções de um “tempo coletivo”, composto de ritmos e experiências acumuladas. Por fim, e conforme dito, o jornal seria *coletivo*. Todo o discurso jornalístico seria, por sua origem e destinação, plural e coletivo, - ou, ao menos - inserido num complexo sistema polifônico de interlocução. Conclui-se, portanto, que todas as narrativas presentes ao cotidiano dos jornais oitocentistas, - ficcionais ou não - contribuiriam para a

que compõe todo o veículo jornalístico, faz-se necessário expandir o debate, procurando outras vozes que reverberavam, ou que desestabilizavam, os argumentos expostos pelos publicistas.

Joaquim Nabuco

Em 1872, Joaquim Nabuco lançava o título *Camões e os Lusíadas*, que seria amplamente divulgado no jornal *O Novo Mundo*. O livro, de caráter essencialmente biográfico, tratava da trajetória de Luís Vaz de Camões até a concepção de sua reconhecida epopeia que, naquele ano, completava três séculos. Mas, para além da obra propriamente dita, o que causou certa repercussão à época foi o texto introdutório ao livro, no qual Nabuco teria traçado algumas considerações acerca do mesmo debate sobre literatura nacional em contexto periférico, que já animava os redatores do jornal há alguns anos. No 22º número da folha, e com certo destaque, seguia uma espécie de resenha a respeito da introdução assinada por Joaquim Nabuco:

O Sr. Joaquim Nabuco, do Rio de Janeiro, na introdução do seu recente livro sobre *Camões e os Lusíadas*, expende sua opinião sobre a existência de uma literatura brasileira. Ele acredita que não temos ainda uma literatura própria, e que os vários ensaios que se têm feito no sentido de criá-la hão gorado inteiramente. [...] Diz ainda o escritor que a única coisa que forma a originalidade brasileira é a escravidão, que o Brasil está passando atualmente por uma época de transição, e que a razão da esterilidade dos ensaios que se têm feito para se criar uma literatura nacional é que a literatura assim criada não tem relação alguma com a raça, as tradições e a história do país; e a nossa nacionalidade moral foi traçada com o auxílio da escravidão que está condenada a desaparecer. Em suma, diz ele que as literaturas não se criam, mas formam-se (*O Novo Mundo*, Nova Iorque, 23 jul. 1872, n. 22, p. 179).

Novamente o argumento da escravidão como um empecilho à concepção de uma literatura nacional ressoava nas páginas de *O Novo Mundo*. As aceções defendidas por Joaquim Nabuco pareciam se afinar às perspectivas apregoadas pelo jornal. E, de fato, debruçando-nos sobre todo o texto introdutório ao livro (NABUCO, 1872, p. 5-17) seria possível notar que, nas considerações de Nabuco, os publicistas encontrariam uma interlocução primorosa no fortalecimento de suas projeções para a literatura brasileira.

De antemão, e reverenciando o poema épico de Camões, Joaquim Nabuco se alinhava à concepção de uma literatura clássica, e seguiria desprezando a prosa de teor realista/naturalista que circulava no período: “Uma outra literatura tomou o lugar da forte poesia épica. Já não se fala ao coração nem ao espírito, fala-se ao sistema nervoso, à sensibilidade doentia das mulheres histéricas e dos homens ociosos (NABUCO, 1872, p. 07-08)”. Assim, e sob uma perspectiva normativa, Nabuco recomendava a leitura de *Os Lusíadas* especialmente à mocidade, cuja apreciação estética se encontraria deturpada pelo consumo de produções

perspectiva de uma nova *poética* histórica, cujas práticas e formas de escrita seriam (res)significadas pela própria matéria jornalística (Cf. KALIFA; RÉGNIER; THÉRENTY; VAILLANT, 2011, p. 16-19).

questionáveis: “É à mocidade que se deve dar a ler esse livro tão elevado e puro. Em suas páginas aprenderá ela a amar a glória (NABUCO, 1872, p. 07).”. Dessa forma, e retomando as recomendações expressas no discurso do jornal, Nabuco também postulava uma função pedagógica e de cunho moral para a experiência literária.

Num segundo momento, e voltando-se ao tema da identidade nacional na literatura, Nabuco buscava se justificar em relação ao seu aparente retrocesso no apreço dos referenciais culturais metropolitanos. De acordo com o autor, ao tratar da obra-prima dos lusitanos, ele falava de algo nacional, visto que diante da ausência de uma literatura que pudesse ser considerada “brasileira”, a literatura portuguesa deveria ser considerada a nossa literatura⁹. Além disso, e novamente trazendo à cena o estigma da escravidão, Nabuco tratava do estado deplorável da sociedade brasileira de então, e das impossibilidades de produzir-se uma literatura original - e com a afirmação de ideais - num cenário tão adverso:

Ora acontece que há sempre nas obras dos escritores que querem ser nacionais, traços, reflexos, sinais dessa deplorável instituição. O que constitui nos seus livros a particularidade de nossas cenas familiares, de nossa vida campestre, são os quadros do cativo humano.

Assim, a nossa vida é a mesma dos outros países, com a diferença de que, entre nós, há a escravidão de mais. É isso que forma a originalidade brasileira. É certo que alguns de nossos escritores pintaram a escravidão de modo a fazê-la odiar; ao lado desses, porém, cujas obras pertencem mais à polêmica do que ao romance ou à poesia, há muitos, quase todos, que confundem insensivelmente os dois estados, e que quando querem dar a cor local do país às suas obras, trazem uma lembrança do cativo, sem indagarem se isso não é um estigma, que eles imprimem, em vez de uma honra que fazem ao seu país. Este sistema que não peca por falta de relação com a sociedade brasileira, peca por falta de ideal, sem o qual não existem nem letras nem artes.

[...] Não duvido que venhamos a ter uma abundante literatura pátria, mas para isso é preciso primeiro que a alma beba amplamente inspirações na nossa natureza e, depois, que a sociedade chegue pela liberdade a tomar sua forma definitiva. Enquanto tais resultados não se produzirem, os *Lusíadas*, como obra-prima de nossa língua, serão a obra-prima de nossa literatura (NABUCO, 1872, p. 13-14).

De maneira geral, a obra de Joaquim Nabuco teve ampla repercussão na imprensa da época, sendo muito bem recebida e até festejada por alguns¹⁰. Nesse contexto, um convite nem tão formal nos chama a atenção. Em correspondência datada de 1872, Nabuco expressava o desejo de que o escritor Machado de Assis estivesse presente num sarau que promoveria a leitura de *Camões e os Lusíadas*: “Meu caro Machado, se você quiser ouvir

⁹ As críticas de Joaquim Nabuco também eram direcionadas às obras de temáticas nativistas: “Uma literatura inspirada pela vida errante das tribos primitivas, que se servisse amplamente de seu rude vocabulário, que não nos descrevesse senão os seus costumes, seria bem uma literatura tupi ou guarani, mas não a brasileira (NABUCO, 1872, p. 11).”.

¹⁰ Em setembro de 1872, a *Semana Ilustrada* anunciava que: “Publicou-se e acha-se à venda em todas as livrarias *Camões e os Lusíadas*, obra de perto de 300 páginas do Dr. Joaquim Nabuco. A *Semana* não será exceção dos jornais que em coro elogiaram e proclamaram ótima a publicação, que não somente honra o jovem autor, como mostra que ainda há pessoas dedicadas aos estudos sérios (*Semana Ilustrada*, Rio de Janeiro, 08 set. 1872).”.

umas folhas de má prosa sobre os *Lusíadas* apareça às 7 da noite à rua da Princesa do Catete, n.º 1, casa sua e de Joaquim Nabuco (NABUCO, 1872, In: ROUANET, 2009. p. 81).”. Não sabemos se Machado esteve presente à reunião. De todo modo, podemos inferir que, na *polifonia* de sentidos de que se fazia o jornal¹¹, torna-se possível acrescentarmos uma importante voz ao debate que se prolongava.

Machado de Assis

Ainda sobre correspondências, vale dizer que em setembro de 1872, José Carlos Rodrigues, o proprietário de *O Novo Mundo*, escreveria a Machado de Assis com o propósito de encomendar-lhe um artigo no qual fosse abordado o caráter geral da literatura brasileira, criticando suas tendências literárias e morais. Ou seja, buscando ratificar o debate estético que seguia em curso no seu jornal, Rodrigues convocava “as razões” de um dos maiores nomes da literatura da época. E, conforme sabemos, não tardaria para que o famoso texto crítico “Notícia da atual literatura brasileira. Instinto de nacionalidade (ASSIS, 1873).”, lhe chegasse às mãos e às páginas do periódico.

Este jornal (que tem chegado agora ao 3º ano a salvamento) precisa de um bom estudo sobre o caráter geral da literatura brasileira contemporânea, criticando suas boas ou más tendências, no aspecto literário e moral: um estudo que, sendo traduzido e publicado aqui em inglês, dê uma boa ideia da qualidade da fazenda literária que lá fabricamos, e da escola ou escolas do processo da fabricação. Como sabe, se não escrevo bem sobre assunto nenhum, muito menos sobre literatura; nem tenho tempo de ir agora estudá-la. Quererá o amigo escrever sobre isso? – Não posso dizer-lhe de antemão quanto lhe pagarei pelo trabalho; mas digo-lhe que desejo muito ter esse artigo e que hei de retribuir-lhe o melhor que puder, regulando-me sempre pela qualidade, não pelo tamanho do escrito (RODRIGUES, 1872. In: ROUANET, 2009. p. 78-79).

Na 30ª edição do jornal, datada de março de 1873, viria a lume o texto integral do artigo “Notícia da Atual Literatura Brasileira. Instinto de Nacionalidade”, devidamente assinado por Machado de Assis. A partir do título já seria possível conferir que o autor buscava atender aos anseios de José Carlos Rodrigues e, ao longo da leitura, poderíamos notar ainda que Machado demonstrava ciência a respeito das particularidades do suporte envolvido: “Mas, pois que isto vai ser impresso em terra americana e inglesa (ASSIS. *O Novo Mundo*, Nova Iorque, 24 mar. 1873, nº 30, p. 107).”. Dividido em quatro partes, o escrito propunha uma análise profunda de aspectos do nosso Romance, da Poesia, do Teatro e da Língua. Contudo, e estabelecendo um recorte aos propósitos deste trabalho, iremos nos dedicar especificamente à abordagem sobre o gênero romance.

Entrecruzando as perspectivas presentes no jornal, propomos que através da publicação de “Instinto de Nacionalidade”, Machado de Assis se posicionasse como um defensor

¹¹ Ver nota 8.

da consolidação da forma do romance no Brasil. Isto posto, e retomando os argumentos elencados pela equipe do periódico e por Joaquim Nabuco, o literato dissonava daqueles que desqualificavam o romance classificando-o como um gênero inferior à matéria clássica. Para Machado, o fato de o Brasil não se constituir num nicho de mercado para obras rebuscadas de filosofia, linguística ou alta política, não se configurava exatamente num fator negativo. Pelas facilidades formais, líamos romances. Ainda assim, o fato não seria compreendido como um argumento que pesava contra o público leitor brasileiro que, na tolerante observação do autor, encontrava-se na “mocidade” de sua capacidade receptiva. Por fim, a análise também se voltava aos autores de romances - e devemos incluir de folhetins - que, no escrito machadiano, seriam soerguidos pela afirmação do engenho de suas criações:

Não se fazem aqui (falo sempre genericamente) livros de filosofia, de linguística, de crítica histórica, de alta política, e outros assim, que em alheios países acham fácil acolhimento e boa extração; raras são aqui essas obras e escasso o mercado delas. O romance pode-se dizer que domina quase exclusivamente. Não há nisto motivo de admiração nem de censura, tratando-se de um país que apenas entra na primeira mocidade, e esta ainda não nutrida de sólidos estudos. Isto não é desmerecer o romance, obra d’arte como qualquer outra, e que exige da parte do escritor qualidades de boa nota (ASSIS. *O Novo Mundo*, Nova Iorque, 24 mar. 1873, n. 30, p. 107).

Na sequência, o autor buscava amenizar os julgamentos negativos acerca da influência estrangeira, ou do realismo francês, na literatura brasileira. Nas palavras de Machado de Assis, os livros de certa escola francesa, apesar de muito lido entre nós, não teriam *contaminado* a literatura brasileira¹². O termo, carregado de sentido pejorativo, denunciava que a questão moral também se fazia presente na análise do crítico. Ademais, e confluindo com observações já sinalizadas pelos publicistas de *O Novo Mundo*, Machado reafirmava com algum entusiasmo a presença da literatura francesa de teor *romântico* entre nós, representada especialmente por autores como Victor Hugo¹³.

Considerando outras demandas e inter-relações, ainda restam a temática da escravidão e do substrato social brasileiro, que estiveram muito presentes ao discurso do suporte midiático e de Joaquim Nabuco. É sabido que em “Instinto de Nacionalidade” Machado de Assis não tocava na questão dos negros cativos, demonstrando até alguma indisposição ao tema naquele momento¹⁴. Por outro lado, e insistindo na inserção do autor à roda de debates

¹² “As tendências morais do romance brasileiro são geralmente boas. Nem todos eles serão de princípio a fim irrepreensíveis; alguma coisa haverá que uma crítica austera poderia apontar e corrigir. Mas o tom geral é bom. Os livros de certa escola francesa, ainda que muito lidos entre nós, não contaminaram a literatura brasileira, nem sinto nela tendências para adotar as suas doutrinas, o que é já notável mérito. As obras de que falo, foram aqui bem-vindas e festejadas, como hóspedes, mas não se aliaram à família nem tomaram o governo da casa (ASSIS, 1873, p. 107).”

¹³ “Os nomes que principalmente seduzem a nossa mocidade são os do período romântico; os escritores que se vão buscar para fazer comparações com os nossos, - porque há aqui muito amor a essas comparações - são ainda aqueles com que o nosso espírito se educou, os Victor Hugos, os Gautiers, os Mussets, os Gozlands, os Nervals (ASSIS, 1873, p. 107).”

¹⁴ “[...] conviria examinar se possuímos todas as condições e motivos históricos de uma nacionalidade literária;

observada no periódico, o apreço à obra *A Cabana do Pai Tomás*, de Harriet Beecher Stowe, poderia ser observado como principal ponto de convergência no estabelecimento de um diálogo entre as partes envolvidas.

De acordo com Hélio de Seixas Guimarães (2013), o folhetim contou com ampla repercussão no Brasil do século XIX, sendo amplamente divulgado e traduzido na imprensa da época. Para Guimarães, a obra deve ser compreendida como o primeiro *best-seller* americano, e o estrondoso sucesso teria o mérito de fornecer um estoque de “imagens literárias do escravo e de situações relacionadas à escravidão, que passariam a integrar o imaginário dos escritores brasileiros (GUIMARÃES, 2013, p. 424).”

Alinhando-nos às assertivas do estudioso, constatamos que Joaquim Nabuco não teria ficado alheio aos quadros de Stowe, e em *Minha formação* admitiria que: “Mil vezes li a *Cabana do Pai Tomás*, no original da dor vivida e sangrando (NABUCO, 1998 [1900], p. 182).”. Machado de Assis, por sua vez, teria citado a obra em duas de suas críticas teatrais¹⁵; e, em 1876, na condição de censor do Conservatório Dramático, o autor licenciaria uma peça deliberadamente baseada na narrativa¹⁶. Dessa maneira, torna-se possível afirmar que, - dentro e fora do discurso de *O Novo Mundo* - a obra certamente se encontrava no horizonte de expectativas de Nabuco e Machado.

Numa das críticas teatrais, Machado analisava a peça *Mãe* (1860), de José de Alencar. O drama, cujo enredo se baseia na história de uma mãe cativa vendida pelo próprio filho, seria longamente elogiado pelo crítico. No texto, Machado evocaria a obra de Stowe numa reflexão a respeito das virtudes da peça ao abordar o drama da escravidão: “Esse drama, essencialmente nosso, podia, se outro fosse o entusiasmo de nossa terra, ter a mesma nomeada que o romance de Harriette [sic] Stowe, fundado no mesmo teatro da escravidão (ASSIS, 1994 [1860], p. 840).”. Ou seja, podemos pensar que, em alguma medida, a narrativa norte-americana se constituía num referencial para Machado avaliar as obras que tivessem como mote a temática da escravidão.

Todavia, e considerando a relação dialética inerente à experiência literária, também podemos inferir que Machado reelaborasse alguns dos expedientes defendidos por Harriet B. Stowe em sua própria criação. Nas poucas produções do autor com referências diretas à escravidão, não observamos um sentimento de resignação tão intenso como aquele que tipificou *Pai Tomás*, - embora também não observemos figuras escravas completamente aguerridas. De todo modo, não compactuamos com a velha ideia de um Machado ausenteísta. Com base em autores como Roberto Schwarz e Sidney Chalhoub, reconhecidos como

esta investigação (ponto de divergência entre literatos), além de superior às minhas forças, daria em resultado levar-me longe dos limites deste escrito (ASSIS, 1873, p. 107).”

¹⁵ Primeiramente na análise da peça *Mãe*, de José de Alencar (ASSIS, 1860). E, posteriormente na análise do drama *Os cancros sociais*, de Maria Ribeiro, em crônica datada de 16 mai. 1865 (ASSIS, 1865).

¹⁶ De acordo com Guimarães: “A informação foi publicada na *Revista Ilustrada* de 15 jul. 1876, p. 03. João Roberto Faria, que recolheu todos os escritos de Machado relativos ao teatro, diz ser bem possível que a informação seja verdadeira, embora não conheça esse parecer. Machado foi censor na primeira fase do Conservatório, entre 1862 e 1864, e também na segunda, a partir de 1871, mas infelizmente toda a documentação dessa segunda fase se perdeu”. In: GUIMARÃES, *Op. Cit.*, 2013, p. 426. Ver, também: FARIA, 2008.

representantes de uma vertente dos estudos machadianos que busca relacionar a produção literária do autor à sua própria historicidade, ousamos afirmar que há matizes em toda a obra de Machado que denunciavam tal realidade social.

Sim. Nos referimos a José Dias, Helena, Guiomar e tantos outros personagens *que sabiam opinar obedecendo*, porque viviam na corda bamba da dependência¹⁷. Num debate a respeito de sua própria obra, Roberto Schwarz¹⁸ já teria afirmado que a relação particular dos dependentes se configurava a partir da existência da escravidão. Inclusive, segundo o crítico, um dos maiores pavores de qualquer dependente era o de ser tratado como escravo. Posteriormente, Sidney Chalhoub (2003, p. 55-56) iria reiterar as afirmações do primeiro estudioso, acrescentando que, de acordo com a lógica paternalista, a escravidão seria a situação máxima de dependência, e isso esclarecia o porquê de o quadro do dependente ser compreendido a partir da condição dos escravos. Assim, e ainda de acordo com Chalhoub, no Brasil oitocentista, existiriam situações intermediárias entre a escravidão e a liberdade que, ao mesmo tempo em que problematizavam a visão de uma sociedade rigidamente dividida entre senhores e escravos, também sugerem a precariedade inerente à condição dos dependentes.

Em muitos de seus romances, Machado de Assis nos traz as nuances de conflitos muito próprios do contexto brasileiro do século XIX, onde a presença dos dependentes denunciava a representação de uma sociedade calcada nas violências do paternalismo e da escravidão. Sendo assim, e retomando as assertivas do escritor, pensamos que ao retratar tais relações em sua produção literária, Machado se prestava às demandas de seu tempo e de seu país¹⁹; demonstrando ainda certo nível de adequação aos embates que relacionavam “literatura e sociedade” presentes na imprensa da época. Também seria possível cogitar-se que, através da publicação do texto crítico “Notícia da atual literatura brasileira. Instinto de nacionalidade” no periódico *O Novo Mundo*, Machado interpelasse os debates que circulavam na época, aproveitando-se para afirmar um lugar para o romance no Brasil, e, possivelmente, (re)elaborando a criticidade de seu processo mimético, no qual a escravidão, além de não figurar como um entrave para um projeto de literatura nacional, seria implicitamente referenciada - em tantas de suas narrativas - como mácula intrínseca ao teor de brasilidade que nos representava naquele momento.

SALVAIA, P. Dialogues Between Americans: Harriet Beecher Stowe, Joaquim Nabuco and Machado de Assis on the Newspaper *O Novo Mundo* (1870 – 1875). *Olho d'água*, São José do Rio Preto, v. 10, n. 1, p. 12-33. ISSN 2177-3807.

¹⁷ A experiência da dependência no contexto brasileiro oitocentista, entre outros aspectos e complexidades, concernia à condição de sujeitos que gozavam do status jurídico de “livres”, mas, que em suas práticas cotidianas, dependiam dos víveres e/ou da proteção social proporcionada por núcleos ou famílias patriarcais.

¹⁸ “Machado de Assis: um debate. Conversa com Roberto Schwarz.”. *Novos Estudos*, Cebrap, s/v., n. 29, p. 83, mar./1991.

¹⁹ “O que se deve exigir do escritor antes de tudo, é certo sentimento íntimo, que o torne homem do seu tempo e do seu país, ainda quando trate de assuntos remotos no tempo e no espaço (ASSIS, 1873, p. 107).”

Referências

ANDRIES, L. & GRANJA, L. (Org.). *Literaturas e escritas da imprensa: Brasil/França: século XIX*. Campinas: Mercado das Letras, 2015.

ASCIUTTI, M. M. R. *Um lugar para o periódico O Novo Mundo (Nova Iorque, 1870-1879)*. Dissertação (Mestrado) em Letras. São Paulo: USP, 2010. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8149/tde-24092010-144834/pt-br.php>>. Acesso em 18 dez. 2016.

AUGUSTI, V. *Trajetórias de consagração: discursos da crítica sobre o romance no Brasil oitocentista*. Tese (Doutorado) em Teoria e História Literária. Campinas: IEL/UNICAMP, 2006. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/270042/1/Augusti_Valeria_D.pdf>. Acesso em 10 jul. 2016.

BEZERRA, V. C. O romance de Alexandre Dumas no Brasil. *Dossiê*, 2013. Disponível em: <http://www.circulacaodosimpressos.iel.unicamp.br/arquivos/dossie_valeria_pt.pdf>. Acesso em 18 jul. 2017.

BOEHRER, G. C. A. José Carlos Rodrigues and *O Novo Mundo, 1870-1879*. *Journal of Inter-American Studies*, Miami, volume 9, n. 1, 1967. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/i208783>>. Acesso em 11 fev. 2017.

CARULA, K. *Darwinismo, raça e gênero: projetos modernizadores da nação em conferências e cursos públicos (Rio de Janeiro, 1870 - 1889)*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2016.

CHALHOUB, S. *Machado de Assis, historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

DUMAS FILS, A. *La femme de Claude*, pièce en trois actes, précédée d'une préf. Paris, M. Lévy, 1873. Disponível em: <<https://archive.org/stream/lafemmedeclaudep00dumauoft#page/n7/mode/1up>>. Acesso em 05 ago. 2017.

FARIA, J. R. *Machado de Assis – do teatro*. São Paulo: Perspectiva, 2008.

GAULD, C. A. José Carlos Rodrigues: o patriarca da imprensa carioca. *Revista de História*, São Paulo, vol. 7, n. 16, p. 427- 438, 1953. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/viewFile/35784/38500>> Acesso em 03 fev. 2017.

GUIMARÃES, H. S. Pai Tomás no romantismo brasileiro. *Teresa - Revista de Literatura Brasileira*, São Paulo, n. 12-13, p. 421-429, 2013. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/teresa/article/view/99408>> Acesso em 07 jan. 2017.

HEINEBERG, I. *La suite au prochain numéro: formation du roman-feuilleton brésilien à partir des quotidiens Jornal do Commercio, Diário do Rio de Janeiro et Correio Mercantil (1839-1870)*. Paris: Université de la Sorbonne Nouvelle-Paris III, 2004. Disponível em : <<http://www.caminhosdoromance.iel.unicamp.br/>> Acesso em 02 de fev. 2017.

HUGO, V. Cromwell – Prefácio. In: _____. *Do grotesco e do sublime*. Trad. e notas: Célia Berrettini. São Paulo: Perspectiva, 2007 [1827], p. 13-101.

KALIFA, D.; RÉGNIER, P.; THÉRENTY, M-É. ; VAILLANT, A (Direction). *La civilisation du journal: histoire culturelle et littéraire de la presse française au XIXe siècle*. Paris: Nouveau Monde Éditions, 2011.

MACHADO DE ASSIS, J. M. A crítica teatral. José de Alencar: Mãe. In: _____. *Obra Completa de Machado de Assis*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, vol. III, 1994. [Publicado originalmente na “Revista Dramática”, seção do *Diário do Rio de Janeiro*, 29 mar. 1860].

_____. *Obra Completa*, Machado de Assis. Rio de Janeiro: Edições W. M. Jackson, 1937.

NABUCO, J. *Minha Formação* (introdução de Gilberto Freyre). Brasília: (Coleção Biblioteca Básica Brasileira, tomo II), Senado Federal, 1998. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/1019>>. Acesso em 04 jan. 2017.

_____. Introdução. In: NABUCO, J. *Camões e os Lusíadas*. Rio de Janeiro: Tipografia do Imperial Instituto Artístico, 1872. p. 05-17. Disponível em: <<http://www.brasiliana.usp.br/handle/1918/01204900#page/7/mode/1up>>. Acesso em 17 ago. 2017.

PAES, A. P. *Das imagens de si ao mundo das edições: Paul de Kock, romancista popular*. Dissertação (Mestrado) em Letras. Belém-PA: UFPA, 2013. Disponível em: <http://www.circulacaodosimpressos.iel.unicamp.br/arquivos/dissertacao_alessandra_paes.pdf>. Acesso em 10 jul. 2017.

ROUANET, S. P. (Org. e Coord.). *Correspondência de Machado de Assis: tomo II, 1870-1889*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2009.

SCHWARZ, R. “Machado de Assis: um debate. Conversa com Roberto Schwarz.”. *Novos Estudos*, Cebrap, n. 29, volume 1, março de 1991, p. 83. Disponível em: <<http://novosestudos.uol.com.br/produto/edicao-29/>>. Acesso em 22 jun. 2017.

_____. *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. 5. ed. São Paulo: Duas cidades, 2000.

_____. *Um mestre na periferia do capitalismo*. 4. ed. São Paulo: Duas Cidades/Editora 34, 2000.

Acervos e sites consultados

Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin - Acervo Digital. Disponível em: <<http://www.brasiliana.usp.br>>. Acesso em 05 jan. 2016.

Hemeroteca Digital Brasileira (Fundação Biblioteca Nacional - BN). Disponível em: <<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>>. Acesso em 08 jan. 2015.

Projeto “Circulação transatlântica dos impressos: a globalização da cultura no século XIX (1789 - 1914)”. Disponível em: <<http://www.circulacaodosimpressos.iel.unicamp.br/>>. Acesso em 09 fev. 2015.

Artigos de jornal

(Sem assinatura). ALEXANDRE DUMAS. *O Novo Mundo*, Nova Iorque, n. 4, p. 55, 23 jan. 1871.

(Sem assinatura). Escravidão ‘branda’ e escravidão ‘dura’. *O Novo Mundo*, Nova Iorque, n. 10, p. 146, 24 jul. 1871.

(Sem assinatura). Tópicos do Mês. *O Novo Mundo*, Nova Iorque, n. 13, p. 07, 24 out. 1871.

(Sem assinatura) Literatura do Dia. *O Novo Mundo*, Nova Iorque, n. 17, p. 79, 23 fev. 1872.

(Sem assinatura). Victor Hugo. *O Novo Mundo*, Nova Iorque, n. 20, p. 132, 23 mai. 1872.

(Sem assinatura). Literatura Nacional. *O Novo Mundo*, Nova Iorque, 24 jun. 1872, nº 21, p. 154.

(Sem assinatura). Livros e Autores. *O Novo Mundo*, Nova Iorque, n. 22, p. 179, 23 jul. 1872.

(Sem assinatura). Correspondência: A política do Brasil, segundo um professor de Direito. *O Novo Mundo*, Nova Iorque, n. 26, p. 27, 23 nov. 1872.

ASSIS, Machado de. Notícia da atual literatura brasileira. Instinto de nacionalidade. *O Novo Mundo*, Nova Iorque, n. 30, p. 107-108, 24 mar. 1873.

(Sem assinatura). O ‘moralista’ Dumas. *O Novo Mundo*, Nova Iorque, n. 33, p. 159, 23 jun. 1873.

(Sem assinatura). Educação no Exterior. *O Novo Mundo*, Nova Iorque, n. 40, p. 66, 23 jan. 1874.

(Sem assinatura). Notas em Geral. *O Novo Mundo*, Nova Iorque, n. 41, p. 87, 23 fev. 1874.

(“De um nosso correspondente”). Literatura - Movimento Literário no Brasil. *O Novo Mundo*, Nova Iorque, n. 45, p. 164–165, 23 jun. 1874.

(Sem assinatura). Beleza e Saúde. *O Novo Mundo*, Nova Iorque, n. 50, p. 50, 23 nov. 1874.

(Sem assinatura). Harriet Beecher Stowe. *O Novo Mundo*, Nova Iorque, n. 52, p. 100-101, 23 jan. 1875.

Recebido em: 15 fev. 2018

Aceito em: 17 abr. 2018